

HABEAS CORPUS Nº 547.943 - PA (2019/0353666-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : HAROLDO FERNANDES
ADVOGADO : HAROLDO FERNANDES - PA001286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : LANDERSON SOUSA DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LANDERSON SOUSA DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - HC n. 0808530-32.2019.8.14.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Destaca que *"o paciente está foragido a mais de seis anos e até então não cometeu nenhum delito...Agora pretende se entregar, acreditando que os ânimos da família serenaram e não mais vão tentar lhe matar. Quer se julgado"* (e-STJ fl. 10).

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Suscita o excesso de prazo de sua custódia cautelar, um vez que ultrapassado 1 (um) ano e não houve o encerramento da instrução criminal.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 52-55):

[...]

In casu, não vislumbro constrangimento ilegal na decisão de decretação da prisão preventiva do paciente a requerimento do representante do Ministério Público e da autoridade policial (f/s. 13-14ID nº 2299423), de onde se infere os argumentos utilizados pelo juízo coator: o fato de o paciente se encontrar em local incerto e não sabido (foragido), sem nunca ter sido localizado pelo oficial de justiça, aliado às circunstâncias do ilícito e modus operandi empregado a revelar a periculosidade concreta do paciente e a gravidade concreta do crime, como se nota dos seguintes trechos do decisum atacado:

[...]

E, em 08/07/2019, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa, acertadamente, o juízo a quo reafirmou os fundamentos da custódia, como se nota (fls. 141-144 ID nº 2317908):

"(...) in casu, observa-se que o acusado Landerson Sousa de Oliveira, apesar de ter constituído patrono para atuar em sua defesa, não foi encontrado para ser citado pessoalmente e nunca compareceu às audiências designadas por este juízo, tendo o processo tramitado regularmente sem a sua presença nos atos processuais. Após a fase instrutória e a apresentação das respectivas alegações finais, o réu foi pronunciado por este juízo. Diante disso, tentou-se intimar o acusado para tomar ciência da decisão, mas não se logrou êxito. Atualmente, o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido.

Com efeito, a prisão preventiva visa resguardar a aplicação da lei penal, porquanto, após o cometimento do crime, o acusado proporcionou enormes prejuízos ao regular andamento da instrução processual, à aplicação da lei penal.

(...)"

A meu sentir, portanto, o juízo a quo fundamentou devidamente a custódia cautelar do paciente, à medida em que há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito, com seus requisitos permissivos insertos no art. 312, do CPP.

[...]

As condições pessoais favoráveis que alega possuir o

Superior Tribunal de Justiça

paciente não são, em si mesmas, suficientes para concessão da liberdade provisória, quando a prisão processual se encontra justificada nos pressupostos do art. 312, do CPP. Nesse diapasão, é o teor da súmula nº 08, desta Corte: "As qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de habeas corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva."

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator